

Posicionamento da Frente Parlamentar Ambientalista sobre o Expressivo Corte de Recursos destinados à Prevenção de Incêndios Florestais nas Áreas Prioritárias

A Frente Parlamentar Ambientalista manifesta profunda preocupação com a expressiva redução de recursos destinados à Prevenção de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias, conforme apresentado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026. O orçamento previsto para as ações executadas pelo IBAMA, órgão central na resposta aos incêndios nos biomas, passa de R\$188 milhões em 2025 para apenas R\$66 milhões em 2026, uma redução de 65%.

Esse corte compromete diretamente a contratação de brigadistas, a aquisição de equipamentos, a logística operacional e toda a estrutura necessária para o monitoramento e combate ao fogo. Trata-se de um recuo que enfraquece a capacidade do Estado brasileiro de enfrentar eventos extremos cuja frequência e intensidade têm aumentado com a crise climática.

O cenário torna-se especialmente crítico quando analisamos os biomas brasileiros como um todo. No Pantanal, embora 2024 tenha sido marcado por aumento do índice pluviométrico, isso não reduz o risco de incêndios futuros: ao contrário, a literatura científica demonstra que anos úmidos tendem a estimular o crescimento de vegetação, aumentando o estoque de biomassa que, sob condições subsequentes de seca, converte-se em combustível inflamável. Esse padrão já foi observado anteriormente: a combinação entre alta produtividade em anos mais úmidos e secas severas esteve na base das queimadas históricas de 2020, quando cerca de 30% do bioma foi afetado, segundo o MapBiomas. Em 2024, o fogo voltou a atingir aproximadamente 2,6 milhões de hectares (LASA-UFRJ), evidenciando que a vulnerabilidade permanece elevada mesmo em anos hidrológicamente favoráveis. Agrava ainda mais esse cenário o fato de que o Pantanal vem apresentando redução progressiva de sua superfície de água ao longo das últimas décadas, conforme séries históricas do MapBiomas, o que diminui a resiliência natural do bioma frente a eventos extremos. Na Amazônia, a situação é igualmente alarmante: os anos de 2023 e 2024 registraram alguns dos maiores índices de focos de calor da série recente, impulsionados por secas extremas associadas ao El Niño, fragmentação florestal e aumento da biomassa seca acumulada, dinâmica já descrita por estudos clássicos sobre o novo regime de fogo da região.

Diante desse risco iminente, cientificamente previsível e amplificado pelas mudanças climáticas, reduções orçamentárias destinadas às ações de prevenção e combate não apenas contrariam as evidências disponíveis, como expõem comunidades, biodiversidade e serviços ecossistêmicos estratégicos a uma vulnerabilidade inaceitável.

A Frente Parlamentar Ambientalista defende a imediata recomposição do orçamento, garantindo previsibilidade e capacidade de resposta às instituições

responsáveis pela gestão do fogo no país. Investir em prevenção é economicamente mais eficiente, socialmente responsável e ambientalmente indispensável.

Reafirmamos nosso compromisso com a proteção dos biomas brasileiros e com políticas públicas baseadas em evidências, coordenação federativa e resiliência climática.

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2025

DEPUTADO FEDERAL NILTO TATTO
Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

INESC-Instituto de Estudos Socioeconômicos